

FICHA TÉCNICA

Título original: *Red Card – How the U. S. Blew the Whistle on the World's Biggest Sports Scandal*

Autor: *Ken Bensinger*

Copyright © 2018 by Ken Bensinger

Todos os direitos reservados

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2018

Tradução: *Cristina Carvalho e Maria de Almeida*

Coordenação de tradução: *Maria de Almeida*

Revisão: *Sérgio Fernandes/Editorial Presença*

Imagens da capa: *Shutterstock*

Capa: *Sofia Ramos/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

1.^a edição, Lisboa, junho, 2018

Depósito legal n.º 440 923/18

Reservados todos os direitos
para Portugal à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

info@presenca.pt

www.presenca.pt

ÍNDICE

Galeria de personagens	15
Um — Berryman	19
Dois — Fazer cócegas à escuta	30
Três — «Alguma vez aceitou um suborno?»	47
Quatro — Um tipo de Queens	61
Cinco — A votação	71
Seis — Jack contra Chuck	84
Sete — Porto de Espanha	97
Oito — Um <i>made man</i>	108
Nove — RICO	123
Dez — O dinheiro de Blazer	134
Onze — O recrutamento	144
Doze — A joia da coroa	154
Treze — Rainha por um dia	169
Catorze — O rei morreu, viva o rei	184
Quinze — Mais rápido, mais alto, mais forte	192
Dezasseis — À minha maneira	201
Dezassete — O pacto	207
Dezoito — Os irmãos Warner	214
Dezanove — «Um episódio triste e sombrio»	226
Vinte — «Não nos metas nessa história»	236
Vinte e Um — «Não sou teu amigo»	247

Vinte e Dois — Um é de prata, o outro é de ouro	256
Vinte e Três — Confiança e traição	267
Vinte e Quatro — «Vamos todos parar à prisão»	278
Vinte e Cinco — A vingança	288
Vinte e Seis — Tudo se desmorona	297
Vinte e Sete — A operação de captura	306
Vinte e Oito — «Um grande dia para o futebol»	321
Vinte e Nove — Um paladino fervoroso	330
Trinta — Fica tudo na mesma... ..	341
Epílogo — O julgamento	355
Agradecimentos	371
Notas	375
Bibliografia selecionada	411

UM BERRYMAN

Pouco depois das dez da manhã do dia 16 de agosto de 2011, Steve Berryman, um agente especial do Internal Revenue Service (IRS) dos EUA, com 47 anos de idade, encontrava-se no seu cubículo, no terceiro andar do enorme prédio do governo federal dos Estados Unidos da América conhecido como Zigurate e situado em Laguna Niguel, na Califórnia, quando o telemóvel vibrou. Recebera um novo *e-mail* do serviço de alertas do Google na sua caixa de correio eletrónico.

Berryman, com pouco mais de um metro e oitenta, esguio, olhos castanhos de tal maneira escuros, que quase pareciam pretos, sobrancelhas espessas, tez pálida e um bigode branco cuidadosamente aparado e concordante com o cabelo primorosamente penteado para trás, tinha configurado uma série de alertas deste tipo. A sua escolha de palavras-chave denunciava uma sensibilidade que, ao fim de 25 anos no IRS, se tornara altamente refinada no que tocava a crimes financeiros. Berryman tinha definido alertas para «branqueamento de capitais», «corrupção», «Lei do Sigilo Bancário» e «Lei das Práticas de Corrupção no Estrangeiro», entre muitas outras. As mensagens iam chegando em tranches ao longo do dia, depositando na sua caixa de correio eletrónico dezenas de artigos noticiosos vindos de todo o mundo sobre vários casos de conduta financeira ilícita que, em regra, Berryman lia rapidamente, antes de regressar ao que quer que tivesse em mãos no momento.

No entanto, esta notificação em concreto levou-o a parar de imediato o que estava a fazer. O alerta enquadrava-se no termo de pesquisa «suborno» e continha uma hiperligação para um artigo publicado pela agência de notícias Reuters. O título era «FBI analisa registos financeiros do patrão do futebol dos Estados Unidos».

O artigo descrevia um conjunto de documentos que estavam alegadamente a ser analisados pelo FBI e que, em traços largos, davam conta de mais de 500 000 dólares em pagamentos suspeitos, recebidos ao longo de um período de 15 anos por um dirigente futebolístico norte-americano chamado Chuck Blazer.

Blazer era um dirigente de topo da FIFA, o organismo que gere o futebol ao nível mundial. Berryman tinha a impressão de já ter ouvido aquele nome algures, mas não reconheceu a fotografia que mostrava um homem de cenho franzido, com o cabelo em desalinho, sobranceiras fartas e uma barba grisalha rebelde. Ainda assim, sentiu-se perpassado por uma onda de excitação inebriante ao reler várias vezes o artigo, dando especial atenção ao facto de Blazer ter várias contas bancárias em paraísos fiscais, incluindo uma nas Ilhas Caimão.

Reencaminhou o artigo para a sua supervisora, Aimee Schabilion, posto o que se precipitou para o gabinete dela, para se assegurar de que ela o lia.

— Isto pode ser colossal — disse Berryman.

Berryman sempre adorou futebol, desde miúdo.

Crescera em Inglaterra, porque o pai pertencia à Força Aérea, e passara a maior parte dos seus primeiros 11 anos de vida nas cercanias de bases militares inglesas, ocupando a maioria das tardes a jogar futebol. Quando a família regressou aos Estados Unidos, instalando-se na quente e poeirenta região conhecida por Inland Empire, no Sul da Califórnia, Berryman não encontrou ninguém com quem jogar à bola, pelo que transferiu os seus talentos futebolísticos para o futebol americano, vindo a tornar-se uma estrela como rematador.

O seu forte pé esquerdo valeu-lhe uma bolsa de estudos desportiva da Universidade Eastern Illinois. Embora Berryman fosse capaz de pôr a bola entre os postes verticais da baliza a uma distância de 65 jardas cerca de três quartos das vezes, não era suficientemente bom para ingressar nas fileiras do futebol profissional. Berryman abominava os invernos severos da região do Midwest. Assim que percebeu que o seu futuro não ia passar pela liga profissional de futebol americano, a NFL, abdicou da bolsa de estudos, pediu transferência para a Universidade Cal State, em San Bernardino, concluiu a sua licenciatura em contabilidade e candidatou-se a um emprego como agente do IRS.

O seu primeiro caso foi contra o proprietário de um cabeleireiro de luxo que não tinha declarado a totalidade dos respetivos rendimentos ao IRS. Berryman passou os seus primeiros anos no IRS a investigar evasões fiscais de pouca monta e contabilistas desonestos. No entanto, sentia-se atraído pelos crimes financeiros de maior envergadura, mais complexos. Não tardou a que passasse para os estupefacentes, trabalhando em parceria com outras agências em investigações internacionais longas e intrincadas.

Para Berryman, a grande revelação que sobreveio de trabalhar este tipo de casos foi que as drogas, as armas e a violência contavam apenas metade da história. Só se teria uma crónica cabal dos crimes quando todo o dinheiro tivesse sido rastreado. Enquanto os agentes da autoridade de combate à droga, a DEA, magicavam operações de emboscada teatrais com o intuito de descobrir volumes de droga escondidos, Berryman passava o tempo a perseguir meticulosamente o dinheiro dos traficantes à volta do mundo, aduzindo crimes adicionais (e, amiúde, arguidos) ao despacho de acusação. Berryman apercebeu-se de que as pessoas eram falíveis. Faziam joguinhos, esqueciam-se de factos, sucumbiam a tentações, exageravam e contradiziam-se. Os documentos nunca mentiam.

Depois de terem tido filhos, Berryman e a mulher compraram uma casa perto do mar. Berryman pediu transferência para a delegação do IRS de Laguna Niguel, no condado de Orange, onde começou a trabalhar em casos de corrupção pública, entre os quais uma investigação de grande escala que pôs o famoso xerife desse condado, Mike Carona, na prisão. Deslocava-se a outras delegações do IRS, onde dava formação a agentes sobre a Lei das Práticas de Corrupção no Estrangeiro; foi responsável por um projeto, coordenado a partir da delegação central do IRS de Los Angeles, que tinha por alvo funcionários estrangeiros e públicos corruptos; e oferecia voluntariamente os seus préstimos a procuradores federais que precisassem que especialistas em branqueamento de capitais prestassem testemunhos periciais em tribunal.

— Sou um contabilista armado — gostava Berryman de dizer.
— Há lá coisa mais divertida?

Ao contrário do que sucede com alguns polícias, a motivação de Berryman não advinha de um sentimento de indignidade moral. Na verdade, dava muitas vezes por si a reconhecer admiração pelos

homens e mulheres que perseguia, interrogando-se se, noutras circunstâncias, não poderiam ter sido amigos. Aquilo que o estimulava era, sim, a adrenalina da caçada.

Berryman não era advogado, mas granjeou a reputação como «braço-direito» de um procurador por ser um agente cujo foco incansável na mecânica dos casos só tinha paralelo na sua entusiástica atenção aos detalhes. Em privado, algumas das figuras cimeiras da agência consideravam Berryman um dos melhores agentes do IRS do país inteiro: ambicioso, disposto a deslocar-se e sempre disponível para trabalhar as horas que fossem necessárias a fim de garantir casos sólidos.

Porém, quando não estava a trabalhar, o mais certo era que estivesse a pensar em futebol, a que ele chamava *football* (e não *soccer*, como a esmagadora maioria dos americanos), ou seja, a palavra que a quase totalidade do resto do planeta utiliza para designar a modalidade.

Aos fins de semana, Berryman acordava cedo, às vezes antes das cinco da manhã, para ver, em canal por cabo, os jogos da sua equipa preferida, o Liverpool, na Premier League. Em 2006, ele e dois amigos foram ao Mundial de Futebol que se realizou na Alemanha, onde assistiram às três partidas disputadas pela seleção nacional dos Estados Unidos, bem como a um jogo entre o Brasil e o Gana. Berryman jogava num campeonato de futebol amador, treinava as equipas de futebol do seu filho e da sua filha e assistia frequentemente a jogos da Major League Soccer (MLS), a principal liga de futebol dos Estados Unidos. Tal como muitos adeptos do futebol, sentia-se cada vez mais consternado com os rumores constantes de corrupção e má gestão aos mais altos níveis deste desporto.

Durante anos, Berryman ouvira histórias de dirigentes gananciosos que roubavam ao futebol, privando equipas, jogadores e, em particular, adeptos, de dinheiro que podia ser utilizado para melhorar e desenvolver a modalidade. No entanto, o problema sempre lhe parecera muito distante. As notícias que lhe iam chegando eram sem dúvida inquietantes para alguém que gostava de futebol, mas davam conta de episódios que estavam a acontecer em locais distantes, como a Suíça, a Itália ou o continente africano e, em qualquer caso, decerto não na América, onde este continuava a ser um desporto de segunda linha, demasiadamente pequeno para corrupção «à grande».

O futebol podia estar corrupto, mas nunca ocorrera a Berryman pensar nos problemas da modalidade como potencialmente criminosos.

O artigo da Reuters veio alterar tudo. Blazer era americano e vivia em Nova Iorque. Isso significava que poderia ter jurisdição e oportunidade para aplicar uma das grandes paixões de Berryman, investigar crimes financeiros, à outra: o desporto mais popular do mundo.

Se este alto dirigente futebolístico, nascido e criado nos Estados Unidos, se envolvera em alguma atividade criminosa, Berryman acreditava que o seu destino era descobri-la.

Os impostos são de tal maneira fundamentais para a experiência de se ser americano, que todos os encaram como quase sagrados: documentos insípidos, pejados de números, que funcionam como pedras de Roseta das vidas financeiras secretas de cada indivíduo. Os Estados Unidos são um de apenas dois países do mundo (sendo o outro a minúscula Eritreia, devastada pela guerra) que obrigam os seus cidadãos a entregar uma declaração de rendimentos mesmo quando residem no estrangeiro e, todos os anos, o IRS processa mais de 150 milhões de declarações de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

Com efeito, existe uma secção especial da lei federal dedicada a consagrar o estatuto privado das declarações de rendimentos, proibindo quase toda a gente, sob pena de punição legal, de ver ou revelar declarações de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. Essa restrição inclui os agentes policiais e de investigação criminal, abrangendo até o próprio FBI, cujos agentes têm de ultrapassar uma série de barreiras legais antes de poderem sequer passar os olhos por uma declaração de rendimentos.

Existe, contudo, um grupo de pessoas a quem o Governo confia a revisão das declarações de rendimentos; uma casta cujos poderes singulares lhe granjearam perversamente o medo e a desconfiança da sociedade: os funcionários do IRS. Como agente do IRS, Steve Berryman estava investido dessa atribuição única que era poder olhar para a declaração de rendimentos de quem quer que fosse, conquanto tivesse fundamentos para acreditar na possibilidade de ter sido cometido algum crime. Graças à peça da Reuters, estava em condições de poder avançar.

No gabinete da sua supervisora, nessa terça-feira de agosto, Berryman pediu-lhe autorização para consultar as declarações de rendimentos de Chuck Blazer. Minutos depois, teve o primeiro vislumbre dessa informação crucial.

Berryman estava à espera de entrever omissões flagrantes ou sinais indiciadores de rendimento oculto. O resultado excedeu, e em muito, as suas expectativas. «Nenhum registo encontrado.»

Arregalaram-se-lhe os olhos. O sistema estava a dizer-lhe que Chuck Blazer não tinha apresentado qualquer declaração de rendimentos pelo menos nos últimos 17 anos.

Não entregar uma declaração de rendimentos pode constituir contraordenação. Todavia, se Blazer tivesse auferido algum rendimento em algum lado e se o tivesse ocultado intencionalmente, tal era suscetível de elevar a omissão a crime. E se acaso tivesse contas bancárias no estrangeiro e não as tivesse declarado ao fisco, isso também constituía crime.

Chuck Blazer, o único norte-americano com assento no Comité Executivo da FIFA, a Federação Internacional de Futebol, o organismo de cúpula em termos de supervisão de todo o futebol ao nível mundial, tinha toda a aparência de ser um criminoso fiscal.

Com o coração a bater descompassado, Berryman retornou em passo rápido ao gabinete de Schabillion. Explicou-lhe quem era Blazer, o que fazia a FIFA e como este caso fiscal que acabara de desenterrar e que seria um afundação podia abrir uma janela para algo muitíssimo maior.

— Posso envolver-me nisto? — implorou.

Berryman não era pessoa para desafiar a autoridade. No entanto, na maioria das vezes, os seus superiores hierárquicos confiavam na sua habilidade para seleccionar casos que valeriam a pena o tempo neles investido e não interferiam. Schabillion não punha qualquer objecção a que Berryman fosse por diante, mas e o FBI? O artigo sugeria que já havia uma investigação em curso. Se Berryman queria dedicar-se ao caso, teria primeiro de acertar com eles o seu eventual envolvimento.

Berryman não tinha maneira de aceder aos sistemas informáticos do FBI para verificar se havia, de facto, um caso em aberto que envolvesse Blazer. Por isso, telefonou a uma agente do FBI com quem havia trabalhado em Santa Ana e a quem pediu que fizesse a pesquisa por ele.

A agente retribuiu a chamada pouco depois.

— Sim — disse ela. — Há um agente a investigar o caso em Nova Iorque.

Existem dezenas de agências federais policiais e de investigação criminal nos Estados Unidos, cada qual com as suas responsabilidades e com os seus poderes. O leque é de tal maneira abrangente, que inclui até os agentes armados da Polícia do Jardim Zoológico Nacional e a Inspeção-Geral da Administração de Pequenas e Médias Empresas.

Dito isto, a maior, mais bem financiada e mais poderosa de todas é o Federal Bureau of Investigation (FBI), o serviço federal de investigação dos EUA. Dispõe de dezenas de milhares de agentes, recursos vastos e delegações espalhadas pelo mundo. É o protagonista do espetáculo jurídico americano, banhando-se na atenção prodigalizada por jornalistas, por Hollywood e, em particular, por membros do Congresso com autoridade orçamental. Embora seja habitual as múltiplas autoridades policiais e de investigação criminal americanas trabalharem em conjunto umas com as outras em determinados casos, os investigadores das outras agências depressa aprendem a andar pé ante pé quando lidam com o FBI — que tem um talento assombroso para fazer valer a sua opinião.

Berryman perguntou à amiga do FBI se esta se importava de entrar em contacto com o agente em Nova Iorque e de lhe perguntar se ele estaria disposto a discutir o caso. — Com certeza —, respondeu ela. Voltaria a ligar-lhe quando soubesse alguma coisa.

Enquanto esperava, ansioso, Berryman aprendeu tudo o que pôde sobre Blazer, a FIFA e o futebol internacional. Ficava acordado até tarde a pesquisar sobre Jack Warner, um dirigente futebolístico natural de Trindade e Tobago (que tinha passado a Blazer 512 750 dólares em cheques, que, segundo o artigo da Reuters, estavam agora sob escrutínio) e sobre a Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caraíbas, que os dois homens, Blazer e Warner, tinham dirigido juntos durante mais de duas décadas. Leu ainda sobre um cidadão do Catar fabulosamente rico, Mohamed bin Hammam, que ajudara a minúscula nação do Médio Oriente a conquistar a organização do Mundial de 2022.

Não tardou a que Berryman começasse a imaginar os contornos de um caso possível, os modos como podia ser investigado e litigado,

e o alcance que poderia ter. A cada dia que passava, o seu entusiasmo crescia, a ponto de se sentir mais excitado com esta pista do que com qualquer outra da sua carreira até então. Berryman queria, desesperadamente, fazer parte daquela investigação.

Não fazia ideia de qual seria o alcance da investigação do FBI, mas tinha a certeza de que os seus agentes não podiam olhar para as declarações de rendimentos de Blazer sem um mandado judicial. Berryman acalentava secretas esperanças de que estivessem num impasse. De que precisassem de um agente do IRS na investigação. Era a maneira de forçar a sua entrada no caso, pensou, e Blazer podia ser só o princípio.

Volvida quase uma semana, a agente do FBI em Santa Ana voltou a telefonar.

— O nome do agente responsável pelo caso é Jared Randall — disse ela, transmitindo-lhe os contactos dele. — Está disposto a discutir o caso.

Berryman fora presciente.

Investigar o problema fiscal de Chuck Blazer era como mandar parar alguém por causa de um farolim partido e deparar com um porta-bagagens cheio de cadáveres.

Nos quatro anos que se seguiram, Berryman trabalharia em segredo com o FBI e com procuradores federais de Brooklyn para montar uma das maiores e mais ambiciosas investigações de corrupção internacional e branqueamento de capitais da história dos Estados Unidos.

Passado quase um ano, a investigação do FBI encontrava-se num impasse, atolada nos desafios inerentes ao ato de enfrentar uma instituição tão vasta, complexa e poderosa como a FIFA. Todavia, graças, em grande parte, a Berryman, o caso minúsculo estava prestes a explodir, estando o Governo dos Estados Unidos a preparar-se para confrontar o negócio fundamental que alicerçava o jogo mais popular do mundo. Dezenas de pessoas, de mais de 15 países diferentes, acabariam por ser acusadas de violação das rígidas leis norte-americanas relativas a extorsão, branqueamento de capitais, fraude e impostos, expostas pelo papel desempenhado naquilo que os procuradores descreveram como sendo uma conspiração criminosa altamente

orquestrada e com décadas de vigência, montada com o propósito de vergar o desporto bem-amado aos seus desígnios egoístas.

Muitos dos que foram apanhados na investigação viriam a entregar-se à mercê do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, aceitando a perda de centenas de milhões de dólares e concordando em cooperar discretamente, o que permitiu aos procuradores lançar mais longe a sua rede sem denunciar a investigação, à medida que quem cooperava ia traindo amigos e colegas. O caso foi por fim tornado público com a detenção aparatosa de sete dirigentes futebolísticos numa rusga efetuada na Suíça às primeiras horas da manhã, em maio de 2015, que abalou os alicerces da modalidade. Em pouco tempo, quase todos os dirigentes de peso da FIFA foram destituídos, incluindo o seu afável, mas implacável, presidente, um homem de nacionalidade suíça chamado Sepp Blatter. Procuradores de vários países, espalhados por todo o mundo, sentiram-se inspirados a encetar as suas próprias investigações criminais independentes, ajudando a revelar ainda mais os feios bastidores do desporto conhecido por «o jogo bonito».

Volvidas décadas de impunidade desenfreada perante escândalos que se sucediam, o cartel do futebol mundial foi finalmente derrubado por um dos poucos países do mundo inteiro que não parecia dar a mínima importância à modalidade. A ironia não passou despercebida às centenas de milhões de adeptos do jogo em todo o globo, que se acharam na posição insólita de estar a torcer para que os Estados Unidos metessem mesmo o nariz em assuntos de outros países: o «Tio Sam» tornara-se, implausivelmente, a superestrela do futebol.

Quando o caso investigado em segredo viu, por fim, a luz do dia, os críticos acusaram os procuradores (liderados por um advogado muito racional, formado em Harvard, chamado Evan Norris) de arrogância e de exorbitar as suas competências, argumentando que a América devia abster-se de tentar policiar o planeta inteiro e de impor as suas leis a países estrangeiros. Outros detratores defenderam que o caso em si representava uma conspiração, uma trama urdida pela nação mais rica e poderosa do mundo para desacreditar um desporto estrangeiro que detestava e temia. A teoria porventura mais popular foi a de que o caso era um ajuste de contas, ao mais alto nível, por a

candidatura dos Estados Unidos à organização do Mundial de 2022 ter sido preterida.

Os procuradores envolvidos no processo anteciparam essas críticas, pelo que envidaram todos os cuidados para denunciar *apenas* os crimes que tinham sido alegadamente cometidos (pelo menos em parte) em solo norte-americano e/ou fazendo uso do sistema financeiro norte-americano. Despertos para a força emocional e política do futebol no resto do mundo, os agentes federais empreenderam esforços consideráveis para proteger as sensibilidades de outras nações e convencê-las de que não estavam a intentar uma ação judicial contra o futebol, mas tão-só contra os homens que tinham manchado a reputação da modalidade. Com efeito, os procuradores foram escrupulosos na sua tentativa de argumentar que o futebol havia sido, em si mesmo, uma vítima dos crimes denunciados e que tinha direito a recuperar o dinheiro que lhe havia sido saqueado.

Quanto à ideia de que o caso fora impulsionado por um motivo ulterior insidioso, vingativo, ou manifestamente xenófobo, a verdade é que o inquérito à FIFA tinha começado meses *antes* de os membros eleitores do poderoso Comité Executivo da FIFA terem escolhido o Catar, em detrimento dos Estados Unidos, para acolher a competição mais importante do futebol.

A ação judicial dos Estados Unidos contra a corrupção no futebol não teve origem no topo, numa diretiva vinda de cima. Foi, sim, o produto de um trabalho de polícia cuidadoso, paciente, levado a cabo por investigadores dedicados; algo que começou por ser uma questão de pequena monta e se transformou num empreendimento muito mais vasto do que qualquer dos envolvidos poderia ter imaginado e que está ainda, em grande parte, em curso.

A saga da corrupção no seio da FIFA, e no futebol como um todo à escala mundial, é incomensuravelmente complexa — demasiado extensa e disseminada para que se possa captá-la, ou fazer sentido dela, de modo cabal nestas páginas. Abrange décadas de logro, suborno, peculato e participação económica em negócio, num ambiente de impunidade, tudo a acontecer ao mesmo tempo que o futebol se expandia geometricamente, tornando-se o maior colosso desportivo do planeta, um passatempo multibilionário movido pela paixão ardente dos seus irredutíveis adeptos.

Este livro traça os contornos mais amplos de uma única investigação criminal notável pela sua complexidade e âmbito atordoantes — um caso que ultrapassou os limites do que qualquer pessoa (desde logo os desiludidos adeptos do jogo planetário) julgaria possível. É também a história de algumas das pessoas, as geniais e as corruptíveis, as dedicadas e as negligentes, as humildes e as arrogantes, as leais e as traiçoeiras, que fizeram disto o maior escândalo desportivo do mundo.